

No dia 28 deste mês, nós vamos começar a entregar o título definitivo de posse de terra a 50 mil famílias de agricultores assentados. E essa entrega se dará da forma mais simples possível: pelo Correio. O que eu estou anunciando, em outras palavras, é que ainda este mês começamos a fazer a maior distribuição de patrimônio da história do nosso país.

Há muito tempo, foi iniciada a reforma agrária mas o agricultor permanecia na condição de assentado. Chegou a hora de você realizar o sonho de ser proprietário rural. Agora, você vai ser encorajado a investir na terra. Vai desaparecer aquela desconfiança que muitos tinham de que o Governo podia pedir a terra de volta. Aliás, o Governo Federal nunca fez isso, mas estamos convencidos de que somente de posse do título e da escritura, o produtor rural vai se sentir dono da terra. E isso é muito importante.

A condição de proprietário vai lhe garantir facilidades para obter empréstimos bancário. Como por exemplo o dinheiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Temos hoje 349 projetos prontos para receber a titulação. A titulação vai virar realidade para o agricultor que tiver feito o parcelamento da área que recebeu, ou seja, tiver demarcado a terra e feito a infra-estrutura básica – uma moradia, um cercado, um acesso para chegar até a estrada que liga a propriedade à cidade, e assim por diante. Já falei aqui, no mês passado, sobre esse novo processo da reforma agrária. Essa tarefa era do Incra e agora é dos agricultores.

Só para lembrar: a partir de agora, o agricultor que ganha um pedaço de terra fica sabendo, antecipadamente, dos recursos que vai receber para trabalhar na terra: 5 mil reais, nos dois primeiros anos de assentamento. E só tem que pagar 2 mil reais, num prazo de vinte anos, com três de carência. É o que chamamos de crédito de instalação. Essa fase de instalação é muito importante porque só depois que o agricultor a conclui é que passa a ter o direito à titulação.

O Incra já está fazendo um levantamento sobre a situação dos assentamentos antigos. Os que estão consolidados, dentro dos termos do novo processo, serão titulados e integrados à política de agricultura familiar. Os que ainda não conseguiram terão prioridade na aplicação de recursos para demarcação da área, para a infra-estrutura e a construção da casa. O Incra dispõe de 83 milhões de reais para concluir estes assentamentos, em 99.